

ACELERAÇÃO: NOVOS PROJETOS, VELHAS PRÁTICAS

Orlivalda de Souza Reis¹

Resumo: *A história do sistema educacional brasileiro sempre fora marcada pelo problema da defasagem série/idade, embora que, em cada período, essas demandas tenham motivos diferentes. Com o intuito de resolver essa questão o Governo Federal criou o curso de aceleração da aprendizagem como medida para corrigir o fluxo do ensino fundamental e médio em curto prazo de tempo. No entanto, observa-se uma diferença significativa entre os alunos oriundos das classes aceleradas e das classes regulares no desempenho das atividades propostas em sala de aula. O presente artigo pretende identificar algumas causas dessas lacunas do curso de aceleração e apontar alguns elementos para uma releitura do mesmo.*

Palavras-chave: Alfabetização; Jovens; Adultos; Defasagem idade/série.

Observa-se uma diferença significativa entre os alunos egressos de classes aceleradas e os demais oriundos de classes regulares no desempenho das atividades propostas em sala de aula. Normalmente os alunos advindos de classes aceleradas não apresentam os conhecimentos básicos necessários para acompanhar a série em que se encontram e, conseqüentemente, tem rendimento menor ou simplesmente não conseguem acompanhar o conteúdo trabalhado. Situação intrigante e que causa curiosidade para verificar se trata-se de casos aleatórios ou se é de fato um problema do programa de classes de aceleração.

Acredita-se que a história do sistema educacional brasileiro sempre fora marcado pelo problema da defasagem série - idade. É claro que em cada período um fator diferente deve ter contribuído para a sua ocorrência, como também em dado momento deve ter apresentado uma maior e em outra uma menor incidência. O fato é que nas últimas décadas, os dados fornecidos pelas organizações municipais e estaduais da educação revelavam uma situação crítica e preocupante.

Foi com o intuito de resolver esta questão que o Governo Federal, através da Lei 9394/96, criou o curso de aceleração da aprendizagem como medida político-pedagógica capaz de conduzir a reversão desse quadro gerado, segundo alguns especialistas em educação, pelo ingresso tardio nas primeiras séries e pelos elevados índices de repetência nas séries iniciais.

A criação do curso de aceleração é uma proposta de política educacional que se constitui simplesmente numa ação para corrigir o fluxo do ensino fundamental em curto prazo de tempo, embora que, na prática tenha conseguido resultados como inclusão e aproximado pessoas da escola. Essa característica traduz-se dentro do horizonte temporal da motivação política, isso porque nem se trata de uma iniciativa nem da adoção de um novo método ou técnica para acelerar a aprendizagem. Seu objetivo central é oportunizar aos alunos com distorção série/idade, a aceleração no seu processo de escolarização, visando a correção desta distorção e, conseqüentemente, o alcance da equivalência na série correspondente.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Especialista em Educação de Jovens e Adultos –UNEB; Especialista em Filosofia Contemporânea – Faculdade São Bento; Licenciada em Filosofia – UFBA. E-mail: orlivaldareis@ig.com.br.

Quem e qual é o perfil do estudante beneficiado com a criação do curso de aceleração? Qual o objetivo que se pretende alcançar com a sua implementação? O alvo desta política educacional brasileira é o aluno multirrepetente e que acumula duas ou mais reprovações entre a primeira e a terceira séries. O programa tem como meta somente atingir os alunos considerados pelo sistema como atrasados, mas que tem condições de serem recolocados na rota do conhecimento formal. Duas características lhes são peculiares: uma é o baixo nível de auto-estima e a outra é a resiliência,² ou seja, sua capacidade de resistir à diversidade. Portanto, elevar o auto conceito do aluno deve se tornar a primeira preocupação do professor.

Em um dado período da história da educação brasileira o analfabetismo era apontado como causa da pobreza e da marginalização, mas, a partir das idéias de Paulo Freire, passou a ser interpretado como efeito da pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária. Quanto a isso, Paiva (1973:23) diz que era preciso que o processo educativo interferisse na estrutura social que produzia o analfabetismo. A alfabetização e a educação de base de adultos deveriam partir sempre de um exame crítico da realidade existencial do educando, da identificação das origens de seus problemas e das possibilidades de superá-los.

Dentro desta linha de pensamento, alfabetizar é mais que o simples domínio mecânico de técnicas para escrever e ler. Com efeito, ela é o domínio dessas técnicas em termos conscientes. É entender o que se lê e escrever o que se entende. Segundo Paulo Freire (1989:72), "implica uma autoformação da qual pode resultar uma postura atuante do homem sobre o seu contexto." Desta forma a alfabetização deve ser realizada de dentro para fora pelo próprio alfabetizando (homem sujeito e não objeto da educação) e ao educador cabe apenas os mediar.

Segundo Libâneo (1994:18), na sociedade brasileira atual, a estrutura social se apresenta dividida em classes e grupos sociais com interesses distintos e antagônicos; esse fato repercute tanto na organização econômica e política quanto na prática educativa. O estágio atual do desenvolvimento econômico exige dos trabalhadores uma educação que os prepare para maior autonomia e versatilidade ao assumir novos papéis que lhe são impostos. Alguns fatores são: a capacidade de comunicação, o espírito de equipe, o preparo técnico, enfim, um processo de educação continuada voltada para formação geral e para o domínio tecnológico. Em contrapartida esses mesmo trabalhadores se defrontam com a diminuição dos postos de trabalho. Situação essa que exige alternativas educacionais variadas que atendam tanto a demanda para postos mais elevados como para as posições mais simples do mercado informal. Assim, devem ser oferecida, aos jovens e adultos, oportunidades educacionais que vão da alfabetização à preparação e especialização para o trabalho.

A educação básica, na sua função política, constitui-se na principal via para a conquista do status de cidadão. A apropriação da cultura, em especial da escolarização, constitui prioridade maior do processo de democratização do país e deve culminar para a formação de cidadãos conscientes e participantes da vida política e social.

A educação de jovens e adultos deve considerar que a educação é fundamental aos que não tiveram oportunidade de cumpri-la na infância é importante para responder aos imperativos do momento atual e também para assegurar melhores condições educativas para as próximas gerações.

² Resiliência é um termo utilizado por OLIVEIRA tomado de empréstimo da Química é um conceito psicológico que se aplica a materiais que apresentam uma inusitada capacidade de resistência e acomodação a pressões e violências de toda ordem. Cf. João Batista de Araújo e OLIVEIRA. A pedagogia do Sucesso. 4 ed. São Paulo: Saraiva/ Instituto Ayrton Senna, 2000. p. 74.

A lei de diretrizes e bases da educação de 1996 (LDB) instituiu as classes de aceleração (progressão continuada), ou seja, o ensino fundamental foi dividido em ciclos, extinguindo a seriação e estabelecendo que o aluno não poderia ser retido dentro do mesmo ciclo, mas teria que atingir as competências básicas para avançar de um ciclo para o outro.

Com o avanço imediato o alunado deveria sentir-se prestigiado e capaz, aumentando, assim, sua auto-estima, e, reforçando seu interesse pela continuidade de seus estudos. Na prática isso não tem acontecido, pois a proposta teórica não foi colocada em prática; O que deveria ser uma solução tornou-se um problema imenso: professores que não foram preparados para tal juntamente com classes super lotadas; Por desqualificação ou por má fé, estão formando milhares de alunos com lacunas até na sua alfabetização.

No entanto, esse sonho de melhorar de vida tornou-se um pesadelo. Como as autoridades governamentais estão mais preocupadas com os dados estatísticos, não lhes proporcionam uma real possibilidade de aprendizagem; Jovens e adultos saem da escola sem alcançar um avanço qualitativo na aprendizagem da leitura e da escrita, mas com um certificado nas mãos. O mais grave de tudo isso é constatar que o dinheiro do contribuinte está sendo mal utilizado, porque, mais uma vez, os governantes não fazem o investimento necessário em salários dignos aos trabalhadores da educação, em formação continuada e em novas tecnologias.

Se antes tínhamos uma porcentagem elevada de pessoas que não tiveram oportunidade de ingressar na escola ou encontrava-se defasadas em relação a idade série, hoje, à medida que esta taxa decresce, aumenta proporcionalmente o número de "analfabetos diplomados", ou seja, pessoas que concluem o ensino fundamental e médio sem saber ler e escrever o suficiente para enfrentar com dignidade o mercado de trabalho. O foi que planejado, projetado para ser a solução de algumas questões que envolvem o nosso sistema educacional, terminou por revelar-se, na prática, um novo problema.

Acredita-se que as lacunas do programa do governo para erradicação do analfabetismo e da defasagem série – idade que envolve o nosso sistema educacional deva-se ao fato de não se ter criado condições para implementação do mesmo. Com isso, professores que atuam no programa continuam com as mesmas práticas pedagógicas utilizadas em situações regulares de alfabetização, bem como as salas de aulas não são equipadas para o desenvolvimento das atividades que melhor explorem as capacidades dos alunos. O governo pensou uma coisa e está acontecendo outra, isto porque ainda, no Brasil, se acredita que a solução para os problemas sociais está na simples criação de leis e de projetos, esquecendo-se de criar condições favoráveis para a execução dos mesmos, como por exemplo, criar ambientes (sala de aulas equipadas e com número de alunos reduzido), qualificar os profissionais envolvidos no projeto (aulas ministradas nos moldes adequados às necessidades dos alunos), pagar salários melhores aos professores para que os objetivos tanto do sistema educacional como dos alunos possam ser alcançados.

Pode-se dizer que este programa não tem alcançado aquilo que deveria ser o principal objetivo de qualquer programa de educação fundamental: alfabetização dentro da visão de Paulo Freire, ou seja, “ato político é um ato de conhecimento, por isso mesmo, como um ato criador”

Até mesmo a promoção automática, item apontado por professores e alunos envolvidos no programa como sendo uma das principais vantagens, tem deixado lacunas, pois, o que deveria levar o alunado a sentir-se prestigiado e capaz, aumentando, assim, a sua auto-estima, e, reforçando o seu interesse pela continuidade dos estudos na prática, não tem acontecido.

Os alunos são em grande parte moradores da periferia dos centros urbanos e buscam nos estudos uma solução para escapar da situação de miséria a que estão submetidos. Sabe-se que os jovens e adultos procuram a escola, inicialmente, motivados pela perspectiva de conseguir um

emprego melhor, ou então são levados pelo desejo de elevação da auto-estima, da independência e da melhoria da sua vida pessoal. Cabe ressaltar que o adulto³ que frequenta os estudos de aceleração é geralmente o migrante que chega às grandes metrópoles provenientes de áreas rurais empobrecidas, com uma passagem curta e não sistemática pela escola e que trabalha em ocupações urbanas não qualificadas. O jovem, assim como o adulto, é também, um excluído, porém, bem mais ligado ao mundo urbano, envolvido em atividades de trabalho e de lazer mais relacionadas com a sociedade escolarizada. Em função dessa condição de excluídos da escola regular o maior motivo da procura da escola é a necessidade de fixação de sua identidade como ser humano e ser social.

Outro aspecto, é que os professores obrigados a atender as metas de aprovação impostas pelas autoridades governamentais que estão mais preocupados com os dados estatísticos, sentem-se sem condições de proporcionar uma real possibilidade de aprendizagem. Já que os jovens e adultos saem da escola, praticamente, do mesmo jeito que ingressaram, com pouca fluência na leitura e modesto repertório em escrita, mas, infelizmente, com um certificado de conclusão do curso nas mãos e com poucas perspectivas de futuro, não justifica chamá-los de analfabetos funcionais? Se ir à escola, forma institucionalizada de educação da nossa sociedade, não tem por objetivo a permanência no estágio cultural em que se está, mas sim a aquisição de um novo patamar de conhecimento, é um contra-senso que a grande maioria dos alunos não se tornem verdadeiramente leitores e escritores. Desta forma, um programa que deveria diminuir o problema da defasagem idade-série e servir de fator que ajudassem os alunos a lograrem promoção social, se tornou em mais uma forma de exclusão. Vale lembrar que estes alunos são sujeitos possuidores de capacidade de avanço e crescimento, só necessitando para tanto da mediação da cultura elaborada.

REFERÊNCIA

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989

_____. *Educação como Prática da liberdade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

_____. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

PAIVA, Vanilda . *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo, Edições Loyola, 1973.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo, Cortez, 1994

NASCIMENTO, Gilberto. *O fracasso de todos nós*. In: Revista Educação. Salvador, 2000. P.42

OLIVEIRA, Marta Kohl de. *Analfabetos na Sociedade Letrada: diferenças culturais e modos de pensamento*. Travessia, São Paulo: CEM, jan./abr. 1992

CARRAHER, Terezinha. *Na vida dez, na escola zero*. São Paulo: Cortez, 1988

³ Os conceitos de jovens e adultos aqui apresentados foram tomados com base nas idéias de Marta Kohl de Oliveira. Cf. OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. XXII Reunião da ANPED, 1999, Caxambu.

GARCIA, Jesus Nicasio. *Manual de dificuldades de aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FERREIRA, Noberto Erasmo. *A linguagem oral na educação de adultos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

TORRES: Rosa Maria. *Que (e como) é necessário aprender? Necessidades básicas de aprendizagem e conteúdos curriculares*. Campinas: Papirus, 1995.

BAQUERO, R. *Vygotsky e a aprendizagem escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.